

Para o PT, programa não forma cidadão

FLORÊNCIA COSTA

SÃO PAULO — O governo não pretende formar cidadãos, mas sim mão-de-obra semiquificada para atender às necessidades das empresas. Essa é a opinião do PT sobre o programa para educação do presidente Fernando Henrique. “Ele não tem como perspectiva melhorar a educação a longo prazo”, disse Selma Rocha, coordenadora da Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT.

Uma das principais críticas do PT é a forma pela qual o governo calculou os custos mínimos com cada aluno, de R\$ 300 por ano. O partido considera que o custo mínimo deveria ser de R\$ 613 por aluno/ano, incluindo a participação da União no ensino fundamental (1º grau), como estabelece o Artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição. “O governo fez apenas um cálculo aritmético, dividindo o número de alunos matriculados pelo total de recursos. É preciso, antes de mais nada, estabelecer o padrão de qualidade do ensino que se quer alcançar. A partir daí, fazer os cálculos incluindo, entre outros elementos, os salários e os gastos com manutenção”, explicou.

Selma lembra que a proposta do governo retira a obrigatoriedade da União de destinar metade dos 18% dos recursos federais com a educação para o ensino de 1º grau e em favor dos programas de combate ao analfabetismo, cabendo aos estados e muni-

cípios gastar um mínimo de R\$ 300 por aluno/ano. Outra queixa do PT é quanto ao processo de treinamento dos professores, à distância. “O governo criou um programa de treinamento de professores, através da TV Executiva, como se eles fossem balconistas do McDonalds. Não se pode padronizar isso, ignorando as diferenças regionais e a própria prática dos professores. O programa de educação à distância deve ser apenas um instrumento de ajuda”, criticou Selma.

A contraproposta petista ao Fundo de Valorização do Ensino Fundamental do Magistério — lançado pelo governo, através de emenda constitucional que tramita na Câmara dos Deputados — é a criação de fundos estaduais que reúnam todos os recursos dos estados e municípios. Esses recursos seriam distribuídos de acordo com planos educacionais, visando atender crianças de zero a 17 anos e os adultos que não tiveram acesso ao ensino de 1º grau na idade adequada. De acordo com a proposta do governo, o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental do Magistério reuniria 60% dos recursos da educação de estados e municípios.

A idéia de premiar as escolas que tiveram melhor desempenho é questionada pelo PT. “O governo não pode se colocar na condição de jurado. Sua função não é premiar, mas garantir que todas as escolas sejam as melhores”, disse Selma. Apesar de não se oporem às doações da iniciativa privada para escolas, os petistas não concordam com o projeto de adoção de escolas por empresas. “Dessa forma, vão ser criadas escolas privilegiadas e outras não. Doações são bem-vindas, mas não se pode basear o programa de educação nisso”, criticou.